

**Reunião ordinária pública****Data: 2022-09-05****Início: 09.30 horas****Local: Cidade de Tomar, no Salão Nobre do edifício dos Paços do Concelho****Termo: 10.58 horas****Presenças:**

Presidente	Anabela Gaspar de Freitas
Vereadores	Hugo Renato Ferreira Cristóvão
	Maria de Lurdes Ferromau Fernandes
	Filipa Alexandra Ferreira Fernandes
	Tiago Manuel Henriques Carrão
	Luís António Antunes Francisco
	Hélder Duarte Henriques

Secretária da reunião – Avelina Maria Lopes Leal**Da Ordem do Dia constavam os seguintes assuntos:-----****BALANCETE -----****INFORMAÇÕES: -----****INFORMAÇÃO DA PRESIDENTE:-----****N.º 01 – COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DELEGADAS POR DELIBERAÇÃO DE 20 DE OUTUBRO DE 2021 (39/PPRC/PR/2022)-----****GABINETE DE PROJETO E ACOMPANHAMENTO TOMARHABITA:-----****N.º 02 – REQUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO EXTERIOR E CONTÍGUO À SINAGOGA DE TOMAR – projeto de execução (5549/ENTE/DAJA/2022 - 6/ESPUEX/EPTH/2016) -----****DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS: -----****N.º 03 – EMPREITADA PARA REPARAÇÃO DOS PAVIMENTOS NA ZONA NORTE DO CONVENTO DE CRISTO - receção definitiva e libertação de cauções (201/EMPR/DOM/2022 - 207/CONPUB/DOM/2016) -----****DIVISÃO DE ASSOCIATIVISMO, DESPORTO E JUVENTUDE:-----****N.º 04 – 6.ª EDIÇÃO DO TROFÉU LUÍS BOAVIDA (5645/ENTE/DAJA/2022 - 1/CEDESP/DADJ/2019)-----****DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, INTERVENÇÃO SOCIAL E AMBIENTE:-----**



N.º 05 – AÇÃO SOCIAL ESCOLAR – AUXÍLIOS ECONÓMICOS A ALUNOS CARENCIADOS – ANO LETIVO 2022/2023 - 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO (1.ª FASE) (15/ESPP/DEISA/2022)-----

DIVISÃO DE PROTEÇÃO CIVIL:-----

N.º 06 – AÇÕES DE REARBORIZAÇÃO NA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SERRA E JUNCEIRA – José Manuel Feliciano Marta (5459/ENTE/DAJA/2022)-----

N.º 07 – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA AÇÕES DE REARBORIZAÇÃO NA FREGUESIA DE OLALHAS – Fernando Luís Lopes (5494/ENTE/DAJA/2022)-----

Sendo nove horas e trinta minutos, a Sra. Presidente declarou aberta a reunião e deu início ao período de atendimento do público:-----

Esteve presente o Sr. Manuel Coentro solicitando informação sobre as diligências que terão sido desenvolvidas tendentes à concretização da colocação de bancos no espaço exterior da Unidade de Saúde Familiar de Santa Maria, tendo em conta que, de acordo com a informação que recolheu junto do Gabinete do Cidadão, a lei foi alterada e a Câmara pode resolver o problema com que se debatem os utentes daqueles serviços, em especial os que se deslocam das freguesias rurais e estão dependentes de transportes públicos ou de terceiros. Deu nota que se encontra a decorrer a subscrição de um abaixo assinado visando a satisfação dessa necessidade, o qual conta já com quatrocentas assinaturas. -----

Em resposta, a Sra. Presidente informou que Tomar ainda não aceitou as competências no domínio da saúde e a Câmara só colocará os bancos no espaço exterior da Unidade de Saúde se e quando essa colaboração lhe for solicitada pelo Agrupamento de Centros de Saúde do Médio Tejo, na qualidade de entidade gestora. -----

Continuando, o Sr. Manuel Coentro referiu que tem a indicação de que o Sr. Dr. Mário se pronunciou contra a colocação dos bancos por constituírem impedimento à entrada das ambulâncias, mas essa questão não se coloca, porque a faixa direcionada ao portão de entrada dessas viaturas tem três metros e está livre; não conseguiu o atendimento com aquele responsável para que, juntos, avaliassem in loco a situação, pelo que decidiu apresentar uma reclamação junto do Coordenador do Gabinete do Cidadão, cujo teor partilhou. Salientou que, hoje, verificou cerca de vinte pessoas na rua, à espera que a porta abra, e já tem assistido a pessoas sentadas no chão, e não vai parar até conseguir acabar com essa tristeza, sendo certo que é uma questão de interesse público e que a Câmara, apesar de não estar na gestão do serviço, pode emitir a sua opinião, em representação dos cidadãos. Apelou ao empenho nesta questão, porque todos são responsáveis em contribuir para diminuir o sofrimento dos



outros. Por último, recordou a necessidade de colocação de lombas junto ao centro escolar das Curvaceiras, em alternativa à instalação da sinalização elétrica que chegou a ser considerada, apelando ao empenho na resolução desta situação. -----

Em resposta, a Sra. Presidente considerou lamentável terem que utilizar dinheiros públicos na instalação de lombas porque as pessoas não cumprem os limites de velocidade, mas a situação está avaliada do ponto de vista técnico e as lombas serão colocadas quando for possível. Aconselhou o envio das assinaturas recolhidas para a colocação de bancos na Unidade de Saúde diretamente ao Agrupamento de Centros de Saúde do Médio Tejo porque, se tiver esse conhecimento, e da colocação não resultarem prejuízos para a circulação de pessoas e de ambulâncias, e para o normal funcionamento dos serviços, certamente solicitará a colaboração da Câmara para o efeito. -----

O Sr. Manuel Coentro disse que tem um compromisso com todas as pessoas que assinaram a petição e vai proceder como agora sugerido. -----

A Sra. Presidente aproveitou para dar nota de que se aguarda a resposta da Infraestruturas de Portugal e da REFER ao pedido de alteração do nome dos apeadeiros do Ramal de Tomar.--

Terminado o período de atendimento do público, deu-se início ao "Período de Antes da Ordem do Dia", tendo sido proferidas as seguintes intervenções: -----

A Sra. Vereadora Lurdes Fernandes referiu que julga estar consolidada a possibilidade de as Freguesias apresentarem candidaturas a fundos comunitários no âmbito do próximo Quadro Comunitário de Apoio, nomeadamente em matéria de investimentos em edifícios classificados de interesse municipal, mas gostaria de obter mais informação sobre a matéria. Solicitou o envio da Carta do Património Arquitetónico e Arqueológico do Concelho de Tomar. -----

Em resposta, a Sra. Presidente informou que a carta está publicada no site e também em livro, que farão chegar. Esclareceu que, no âmbito do Acordo de Parceria entre Portugal e a União Europeia, as Freguesias podem candidatar-se a fundos comunitários, mas os regulamentos nacionais ainda não estão fechados; neste momento, prevê-se que as Freguesias possam candidatar-se exclusivamente para Espaços do Cidadão. Deu nota que, na área da reabilitação urbana, passam a estar abrangidas obras fora da cidade localizadas em espaço inserido em Área de Reabilitação Urbana; em Tomar, todas as freguesias têm uma Área de Reabilitação Urbana e há disponibilidade para avaliar o seu eventual alargamento caso venham a existir intenções de investimento que o justifiquem. Informou que, no Portugal dois mil e vinte, na área do património, só eram elegíveis intervenções em edifícios classificados como património nacional e tem sido posição da Associação Nacional dos Municípios



Portugueses, e das Comunidades Intermunicipais da Região Centro, que passem a ser elegíveis edifícios património municipal, matéria que está a ser objeto de discussão.-----

A Sra. Vereadora Lurdes Fernandes perguntou qual é o procedimento instituído para a classificação de interesse municipal.-----

A Sra. Presidente informou que é a legislação que define esse procedimento, sendo certo que é matéria da competência da Assembleia Municipal, sob proposta fundamentada da Câmara. --

A Sra. Vereadora Lurdes Fernandes perguntou se os edifícios de interesse municipal constam da Carta do Património. -----

O Sr. Vereador Hugo Cristóvão referiu que os edifícios que estejam incluídos na Carta do Património já são detentores dessa classificação. -----

A Sra. Presidente referiu que são vastos os requisitos que podem fundamentar a classificação de interesse municipal de edifícios. -----

O Sr. Vereador Hugo Cristóvão deu nota que Tomar tem um conjunto vasto de património classificado de interesse nacional e municipal, mas, fora da cidade, versa essencialmente sobre património religioso. Referiu que, no mandato anterior, foram desenvolvidos os procedimentos para classificação da Anta do Vale da Lage, da Gruta do Caldeirão e do edifício do Complexo Cultural da Levada, como património de interesse nacional, e nada impede que possam equacionar a atribuição da classificação de interesse municipal de património que se entenda reunir as condições para o efeito, e será um bom tema a abordar com as Juntas de Freguesia.

O Sr. Vereador Tiago Carrão pediu informação atualizada sobre as negociações tendentes a ultrapassar as dificuldades que fundamentaram a não aceitação do auto de transferência de competências no domínio da saúde. Referiu que a degradação do Palácio de Alvim se acentua e custa a todos os tomarenses, questionando qual é, neste momento, o plano para o edifício. Salientou que, recentemente, ocorreu um procedimento de contratação, por ajuste direto, para elaboração do projeto de execução e requalificação da área desportiva da Escola Gualdim Pais, e gostariam de conhecer o projeto de requalificação da escola, cuja elaboração adjudicaram em abril, com prazo de execução de cento e trinta dias, ou qual é a situação do procedimento.

Em resposta, a Sra. Presidente referiu que da análise efetuada após o Acordo setorial de compromisso entre o Governo e a ANMP para a descentralização de competências nos domínios da educação e da saúde, foi entendido que ainda podem ser negociadas algumas questões em matéria de saúde e mantêm a posição de não assinar, aguardando a abertura das novas rondas negociais, posição que é do conhecimento da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo. No que se refere ao Palácio de Alvim, referiu que estão em aberto



todas as possibilidades, desde a venda à utilização parcial para instalação do Arquivo Municipal, a funcionar em espaço arrendado (se bem que não deve ser fácil compatibilizar as especificações próprias de um serviço dessa natureza com as condicionantes decorrentes da localização do imóvel em área de salvaguarda do Convento de Cristo) e ao uso para residências. -----

Em complemento, o Sr. Vereador Hugo Cristóvão referiu que o Palácio Alvim é um edifício imenso e qualquer reabilitação poderá envolver um grande envelope financeiro. Assegurou que o edifício está conservado, além de que tem uma utilização muito residual como armazém do Gabinete de Informática e Comunicações, e dos serviços da Divisão de Turismo e Cultura, que ali guardam todo o material que é utilizado nos eventos ao ar livre, sendo visitado quase diariamente por trabalhadores municipais, que também vão controlando uma ou outra tentativa de acesso indevido. Relativamente à Escola Gualdim Pais, informou que estão entregues os estudos prévios de ambos os projetos, aguardando-se o parecer solicitado à Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares, sem o qual os procedimentos não prosseguirão. Salientou que é uma excelente escola, com excelentes edifícios e excelente distribuição espacial, mas não teve qualquer manutenção ou reabilitação ao longo de quase cinquenta anos, pretendendo-se a sua adaptação ao século vinte e um, dotando-a dos meios informáticos e de capacidade da rede elétrica, e também dar outro conforto e segurança ao espaço exterior, que, por ter vários níveis, apresenta algumas debilidades em relação a outras escolas. -----

A Sra. Vereadora Lurdes Fernandes perguntou como é que se compagina essa requalificação no âmbito das prioridades que constam da lista anexa ao Acordo setorial de compromisso entre o Governo e a ANMP. -----

Em resposta a Sra. Presidente referiu que, antes da assinatura do acordo, estava negociado com o Ministério da Educação a requalificação da Escola Gualdim Pais, que já estava sinalizada, há dois ou três anos, como prioridade máxima, seguida da Escola Secundária com terceiro Ciclo Santa Maria do Olival; estão a decorrer projetos para ambas as escolas e, nesta fase, está salvaguardado o financiamento para a Gualdim Pais, cabendo ao Governo arranjar as fontes de financiamento (Plano de Recuperação e Resiliência, Portugal dois mil e trinta, Orçamento do Estado ou empréstimo através do Banco Europeu de Investimento); o projeto a executar na ESSMO já tem parecer da Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares e aponta para valores na ordem dos dois milhões de euros, e está ser considerado o seu financiamento no âmbito do Portugal dois mil e trinta, mas estão a tentar que se opte por uma das outras



formas de financiamento, para não inviabilizar a inclusão de outras intervenções que pretendem realizar em equipamentos escolares. -----

O Sr. Vereador Tiago Carrão requereu oralmente o acesso aos estudos prévios dos projetos a executar na Escola Gualdim Pais e na sua área desportiva.-----

A Sra. Presidente sugeriu, em alternativa, a consulta dos referidos processos, em data e hora a acordar com a equipa do TomarHabita, que acompanha ambos os procedimentos, sugestão que foi aceite ficando da sua responsabilidade o respetivo agendamento. -----

O Sr. Vereador Luís Francisco retomou a questão do tarifário do abastecimento de água que passou a vigorar decorrente da revisão do Estudo de Viabilidade Económica e Financeira da Tejo Ambiente o qual, por exigência da Entidade reguladora, deixou de contemplar a tarifa familiar e a tarifa aplicável às instituições particulares de solidariedade social, as quais repunham alguma justiça, no sentido de que preço da água saísse igual para o cidadão apesar de o contador contemplar muito mais utilizadores; quando a situação foi abordada, a Sra. Presidente deu indicação de que seria algo que cada concelho iria assumir individualmente, mas, até ao momento, não se apercebeu de qualquer evolução nesse sentido e gostaria de conhecer o ponto da situação no concelho de Tomar. -----

Em resposta, a Sra. Presidente referiu que, com a revisão do Estudo de Viabilidade Económica e Financeira da Tejo Ambiente, a Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos inviabilizou o que estava previsto em termos de tarifário social, de tarifário das famílias numerosas e de tarifário para as instituições particulares de solidariedade social, sendo certo que, em Tomar, não haverá alterações na relação com as famílias e com as instituições, e a redução continuar-se-á a aplicar, assumindo a Câmara o pagamento da diferença, mediante comunicação da Tejo Ambiente, estando a ser avaliada a forma como será feito o acerto de contas e a respetiva periodicidade. -----

O Sr. Vereador Luís Francisco referiu que o tarifário nada diz sobre isso e que também não foi assim tão perceptível na única fatura emitida depois da entrada em vigor do novo tarifário. -

A Sra. Presidente referiu que se iniciou a um de agosto o primeiro ciclo de faturação com o novo tarifário e houve reporte de alguns problemas, nomeadamente nos tarifários sociais, que podem ter tido origem nalgum desencontro aquando da nova parametrização do sistema de faturação, sendo certo que foram objeto de análise, na última reunião do Conselho de Administração, e julga estarem ultrapassados. -----

O Sr. Vereador Luís Francisco referiu que as faturas são complexas e é difícil o cidadão comum verificar esta situação, tanto mais que o indicativo do tarifário familiar, por exemplo,



desapareceu. Reportou para o estudo comparativo dos tarifários de abastecimento de água, que vem sendo realizado anualmente pela Associação Portuguesa de Famílias Numerosas, onde Tomar sai mal na fotografia, ocupando o ducentésimo trigésimo primeiro lugar no ranking dos municípios portugueses. Salientou que o escalão de tarifa familiar não está bem calculado porque a água sai mais cara per capita à medida que aumenta o número de pessoas do agregado familiar, o que parece indicar ter que se proceder à sua revisão, para haver alguma justiça, para que alguns cidadãos não paguem a água mais cara do que o vizinho apenas porque integram um agregado familiar com mais pessoas. -----

A Sra. Presidente deu nota que, pouco tempo depois de terem iniciado funções, reuniram com a Associação Portuguesa das Famílias Numerosas que lhes indicou um conjunto de iniciativas que podiam ser tomadas, a maior parte das quais aceitaram, e Tomar foi um dos primeiros municípios a aplicar tarifas para famílias numerosas. Salientou que o tarifário obedece a uma fórmula matemática, a cuja adoção todos os municípios estão obrigados, mas é preciso ter consciência que há municípios que subsidiam altamente a tarifa, e isso também acontecia nalguns municípios que integram a Tejo Ambiente. Deu conhecimento que, no dia dois, a Tejo Ambiente teve uma audiência com o novo Ministro do Ambiente e da Ação Climática, para apresentação da empresa, sensibilização para a questão da despoluição da bacia do rio Nabão, cujos montantes de investimento justificam a necessidade de uma linha de financiamento externa ao Programa Operacional Regional, e também para reforçar os problemas que enfrentam e as preocupações para o futuro. Salientou que se encontram a ser elaborados o Orçamento do Estado para o próximo ano, e os regulamentos nacionais do novo quadro comunitário de apoio, e aproveitaram para proceder à entrega de uma carta subscrita por oito entidades idênticas à Tejo Ambiente, expondo as várias questões que enfrentam (algumas das quais justificaram a necessidade de revisão do Estudo de Viabilidade Económica e Financeira da Tejo Ambiente, nomeadamente a taxa do IVA e a não dedução do imposto, assim como a enorme dependência da Lei número cinquenta barra dois mil e doze em matéria de dissolução), na tentativa de que possam vir a ser consideradas no âmbito do Orçamento do Estado para o próximo ano, e dando conta das preocupações em matéria de financiamento (naquilo que é o Ciclo Urbano da Água, os investimentos destas empresas agregadas passam para os Planos Operacionais Regionais, sob gestão das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional, e o que se espera é que possam merecer uma discriminação positiva, tendo em conta os custos que tiveram os municípios que se agregaram, e os seus cidadãos). -----



O Sr. Vereador Luís Francisco retomou a questão do tarifário referindo que, em sua opinião, a prática dos preços é diferente de município para município e que o estudo da Associação Portuguesa das Famílias Numerosas é feito com base em indicadores universalmente aceites e tem em conta o normal consumo humano da água. Frisou que, em Tomar, há algo que é introduzido no cálculo que leva a que, apesar da correção, o preço per capita aumente na mesma, ou seja, em vez de se obter uma linha reta pelo número de pessoas, a linha sobe à medida que o número de pessoas aumenta, e é preciso promover a correção necessária para que tal não aconteça.-----

A Sra. Presidente referiu que a correção existe poderá é não ser no montante que se desejaria. -----

O Sr. Vereador Luís Francisco referiu que, com a correção, se devia conseguir que o preço da água fosse igual para cada cidadão que habita na mesma morada de consumo, ao invés de crescer, como acontece.-----

A Sra. Presidente referiu que os escalões têm em conta os metros cúbicos de água utilizados em cada local de consumo e não o consumo médio per capita, como seria ideal, e é por isso que são aplicados mecanismos de correção. -----

O Sr. Vereador Luís Francisco frisou que a posição que Tomar ocupa no referido estudo indica que há outros municípios que corrigem de uma forma mais correta. -----

A Sra. Presidente realçou que há municípios que subsidiam a tarifa. -----

O Sr. Vereador Hugo Cristóvão deu nota que estão a ser feitos todos os esforços para que o novo ano letivo se inicie com a maior naturalidade, apesar das muitas alterações que sempre ocorrem de ano para ano. Informou que as refeições escolares nas cantinas da cidade vão passar a ser fornecidas por uma nova empresa, a cujo trabalho irão estar vigilantes; nos transportes escolares, haverá certamente necessidade de algumas correções, depois do início das aulas, para afinar um ou outro percurso ou horário, até porque, no primeiro ciclo, só nesta altura algumas famílias se lembram que o(s) seu(s) educando(s) precisam de transporte e acabam por aceder, para não prejudicar as crianças, mas, muitas vezes, não é fácil encontrar soluções à última hora; em termos de pessoal não docente, houve uma grande renovação dos assistentes operacionais nas escolas, decorrente da aposentação de muitos trabalhadores, e há mais pessoas efetivas, também nas secretarias dos dois agrupamentos; foram realizadas algumas intervenções em edifícios escolares, algumas em parceria com as Juntas de Freguesia, com destaque para a realizada na Escola de Carvalhos de Figueiredo, das mais significativas, a par daquela que está para ocorrer no Jardim de Infância da Junceira. Informou



que, no dia seis, vai ter lugar a receção aos cerca de quatrocentos docentes do concelho, que terão um dia de formação e de convívio, para reforçar energias; o mesmo acontecerá, no dia nove, com o pessoal não docente. Deixou uma nota da maior tranquilidade e da maior confiança nos agentes da comunidade educativa, esperando que seja mais um excelente ano letivo e aquele que, em definitivo, faça esquecer as condicionantes com que se depararam nos anos anteriores.-----

O Sr. Vereador Luís Francisco referiu que, no geral, há sempre nota de agrado pelo trabalho do pessoal auxiliar das escolas, mas, também, algum desagrado pontual pelo trabalho de alguns; vão surgindo queixas de atitudes, comportamentos e situações talvez porque, se calhar, às vezes, não têm vocação ou não estão no local adequado, e parece-lhe que seria de promover alguma formação ao nível do tratamento com crianças, e também alguma avaliação e eventual seleção dos locais a que melhor se adequam.-----

A Sra. Presidente deu conhecimento que o Município de Tomar está considerado para colaborar nas Jornadas Mundiais da Juventude, que se realizam em Portugal, no próximo ano, estando agendada para hoje uma primeira reunião de preparação onde se espera vir a saber o que se pretende.-----

O Sr. Vereador Hugo Cristóvão referiu que a questão da formação da generalidade dos trabalhadores municipais não é descuidada e vai ocorrendo com alguma regularidade, o mesmo acontecendo com os trabalhadores afetos à educação, que representam um terço da força de trabalho do Município; ao longo do ano, a formação vai ocorrendo, por iniciativa municipal ou dos agrupamentos de escolas, ou em parceria com o Centro de Formação Templários. Referiu que a seleção do pessoal vai acontecendo na medida do possível, em articulação com as Direções dos Agrupamentos de Escolas, com competência subdelegada para a gestão do pessoal não docente em termos de horários, locais de trabalho e avaliação, de acordo com as normas do sistema integrado de gestão e avaliação do desempenho na Administração Pública. Salientou que, no global, têm um grande grupo de bons funcionários, que fazem um excelente trabalho.-----

A Sra. Vereadora Lurdes Fernandes sugeriu que a Comissão de Juventude criada no âmbito da Assembleia Municipal possa ser envolvida nas Jornadas Mundiais da Juventude.-----

A Sra. Presidente referiu que foram convocados vários outros municípios e calcula que se pretenda apoio financeiro e/ou logístico, mas só depois da reunião o saberão exatamente, sendo certo que, se Tomar se envolver, é importante o envolvimento de todos, incluindo a Comissão de Juventude e o Conselho Municipal de Juventude.-----



Terminado o Período de "Antes da Ordem do Dia", a Câmara passou a deliberar de acordo com a Ordem do Dia: -----

BALANCETE: - Foi presente o balancete (Resumo Diário de Tesouraria) do movimento de fundos de Tesouraria Municipal, do dia dois de setembro de dois mil e vinte e dois, o qual acusa os seguintes saldos: três milhões, oitocentos e cinquenta e seis mil, trezentos e oitenta e um euros e cinquenta e quatro cêntimos (3.856.381,54€) em Operações Orçamentais, e duzentos e noventa e três mil, cento e trinta e nove euros e noventa e três cêntimos (293.139,93€) em Operações Não Orçamentais. -----

INFORMAÇÕES: -----

INFORMAÇÃO DA PRESIDENTE:-----

N.º 01 – COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DELEGADAS POR DELIBERAÇÃO DE 20 DE OUTUBRO DE 2021 -----

Foram presentes, para conhecimento, os despachos efetuados em agosto pela Sra. Presidente, no uso das competências delegadas pela Câmara Municipal, por deliberação de 20 de outubro de 2021.-----

A Câmara tomou conhecimento.-----

No âmbito do ponto anterior, o Sr. Vereador Luís Francisco solicitou informação sobre a escritura pública de aquisição de propriedade, por usucapião, dos prédios sitos na União das Freguesias de Madalena e Beselga.-----

A Sra. Presidente referiu que, há alguns anos, houve a intenção de construir uma pista de aerodelismo e foram adquiridos alguns terrenos, que têm estado ao abandono e chegaram até a ser utilizados para despejo de detritos, dando origem ao pagamento de uma coima de mais de duzentos mil euros; não sendo possível a construção nos terrenos, pretende-se a sua utilização para plantação de árvores de espécies autóctones, e a sua colocação ao serviço das empresas, no âmbito do mercado da descarbonização. -----

GABINETE DE PROJETO E ACOMPANHAMENTO TOMARHABITA:-----

N.º 02 – REQUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO EXTERIOR E CONTÍGUO À SINAGOGA DE TOMAR – projeto de execução-----

Foi presente proposta da Sra. Presidente submetendo a aprovação do Executivo Municipal o projeto de execução para requalificação do espaço exterior e contíguo à Sinagoga de Tomar, elaborado pela FSSMGN Arquitetos, limitada, nos termos e fundamentos da informação n.º 115/EPTH/2022. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, homologando a referida



informação, deliberou aprovar o projeto de execução, com um orçamento de obra estimado em 238.426,02€ (duzentos e trinta e oito mil, quatrocentos e vinte seis euros e dois cêntimos), acrescido do IVA, e um prazo de execução de obra de 7 meses.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

No âmbito do ponto anterior, o Sr. Vereador Tiago Carrão perguntou se vai haver financiamento para a obra ou se será executada com fundos próprios.-----

A Sra. Presidente informou que vão avançar com fundos próprios, sem prejuízo de uma eventual candidatura ao Portugal dois mil e trinta, no âmbito do qual podem ser financiadas despesas efetuadas a partir de janeiro de dois mil e vinte e um, desde que a operação física e financeira não esteja terminada.-----

DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS: -----

N.º 03 – EMPREITADA PARA REPARAÇÃO DOS PAVIMENTOS NA ZONA NORTE DO CONVENTO DE CRISTO - receção definitiva e libertação de cauções -----

Foi presente proposta da Sra. Presidente referente à informação n.º 6951/2022 do Departamento de Obras Municipais, submetendo a apreciação do Executivo Municipal o auto de vistoria para efeitos de receção definitiva dos elementos construtivos não estruturais e ou instalações técnicas da empreitada para reparação dos pavimentos na zona norte do Convento de Cristo, bem como a libertação das cauções prestadas, pelos fundamentos apresentados. ---

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, homologando a referida informação, deliberou: -----

1-Homologar o auto de vistoria para efeitos de receção definitiva dos elementos construtivos não estruturais e ou instalações técnicas da obra; -----

2-Autorizar a libertação das cauções prestadas no âmbito da empreitada. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

DIVISÃO DE ASSOCIATIVISMO, DESPORTO E JUVENTUDE: -----

N.º 04 – 6.ª EDIÇÃO DO TROFÉU LUÍS BOAVIDA -----

Foi presente proposta da Sra. Presidente referente às informações n.º 1072/2022 da Divisão de Associativismo, Desporto e Juventude, e n.º 863/2022 da Divisão de Proteção Civil, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a isenção do pagamento devido pela utilização do Pavilhão D. Nuno Álvares Pereira para realização do Troféu Luís Boavida - Futsal Sénior Masculino, nos dias 17 e 18 de setembro, promovido pela Associação de Futebol de Santarém, bem como do pagamento devido pela assistência a prestar pelos Bombeiros. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou isentar do



pagamento devido pela assistência a prestar pelos Bombeiros e, ao abrigo do n.º 4 do artigo 10.º do regulamento das Instalações Desportivas Municipais, pela utilização das instalações municipais.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

No âmbito do ponto anterior, o Sr. Vereador Tiago Carrão frisou que, ao contrário do Chefe da Divisão de Associativismo, Desporto e Juventude, o dirigente da Proteção Civil não refere, nem fundamenta, proposta de isenção de pagamento da assistência a prestar pelos Bombeiros, antes adverte que só há disponibilidade para prestar o serviço de prevenção num dos dias - e não se esclarece se isso foi comunicado à organização e qual é o eventual impacto no evento -, mediante o pagamento de horas extraordinárias e se a entidade efetuar o pagamento das taxas.-----

A Sra. Presidente referiu que o dirigente informa de acordo com o regulamento e a decisão quanto à isenção cabe ao político, sendo certo que a maior parte das assistências prestadas pelos Bombeiros implica o recurso a horas extraordinárias, para não diminuir a capacidade do Quartel. Esclareceu que a assistência dos Bombeiros é obrigatória em provas oficiais e, não sendo o caso, vão comunicar a situação à organização e aferir da necessidade efetiva do serviço, à luz dos regulamentos da modalidade, tendo até em conta que os Bombeiros estão apenas a três ou quatro minutos do local da realização do evento, mas isso não impede que se decida desde já a concessão da isenção.-----

DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, INTERVENÇÃO SOCIAL E AMBIENTE:-----

N.º 05 – AÇÃO SOCIAL ESCOLAR – AUXÍLIOS ECONÓMICOS A ALUNOS CARENCIADOS – ANO LETIVO 2022/2023 - 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO (1.ª FASE) -----

Foi presente proposta da Sra. Presidente referente à informação n.º 1321/2022 da Divisão de Educação, Intervenção Social e Ambiente, submetendo a apreciação do Executivo Municipal o resultado da análise das candidaturas a auxílios económicos do primeiro ciclo do ensino básico para o ano letivo 2022/2023, de acordo com o n.º 7 do artigo 9.º do regulamento interno para a ação social escolar, envolvendo a atribuição de apoios para aquisição de livros de fichas e material escolar, no valor total de 7.850,00€ (sete mil, oitocentos e cinquenta euros), pelos fundamentos apresentados.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou atribuir no ano letivo 2022/2023 os auxílios económicos constantes da referida informação e do mapa anexo, que homologa.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----



No âmbito do ponto anterior, a Sra. Vereadora Lurdes Fernandes referiu que, tendo em conta o preço do material escolar, lhe parecem muito reduzidos os valores a atribuir por aluno, especialmente no corrente ano, e alertou para o saldo de cinquenta e cinco cêntimos da rubrica orçamental, deduzido o presente cabimento, manifestamente insuficiente para acorrer a eventuais necessidades que se venham a apurar nas fases seguintes do procedimento. Pediu que lhes seja facultado o regulamento interno para a ação social escolar.-----

O Sr. Vereador Hugo Cristóvão esclareceu que os escalões são definidos para cada criança, por agregado familiar, através da Segurança Social, mas, fundamentado no parecer social dos serviços municipais, mediante comprovação da situação socioeconómica, o Município concede apoio acrescido, ou subindo o escalão, ou atribuindo apoios a algumas famílias do escalão C. Salientou que os fundos são limitados, mas, se houver necessidade, a(s) rubrica(s) serão reforçadas e não deixarão de fazer face às necessidades que se coloquem, muitas vezes até reportadas pelas próprias escolas. Informou que o regulamento estará disponível no site, mas poderá ser enviado. -----

DIVISÃO DE PROTEÇÃO CIVIL:-----

N.º 06 – AÇÕES DE REARBORIZAÇÃO NA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SERRA E JUNCEIRA – José Manuel Feliciano Marta -----

Foi presente proposta da Sra. Presidente submetendo a ratificação do Executivo Municipal o despacho que autorizou a emissão de parecer favorável à rearborização com eucalipto e medronheiro, de uma área de 0,08 hectares, no lugar de Costa Figueira, União das Freguesias de Serra e Junceira, integrada em projeto de recuperação apresentado por José Manuel Feliciano Marta, nos termos e fundamentos da informação n.º 829/2022 da Divisão de Proteção Civil.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou ratificar o despacho n.º 2818/PR/2022, de 10 de agosto, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 07 – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA AÇÕES DE REARBORIZAÇÃO NA FREGUESIA DE OLALHAS – Fernando Luís Lopes-----

Foi presente proposta da Sra. Presidente submetendo a ratificação do Executivo Municipal o despacho que autorizou a emissão de parecer favorável ao processo PR.006439.2022, relativo à rearborização com eucalipto, numa área de 0,32 hectares, em Horta Grande, Freguesia de Olalhas, a desenvolver por Fernando Luís Lopes, nos termos e fundamentos da informação n.º



828/2022 da Divisão de Proteção Civil. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou ratificar o despacho n.º 2819/PR/2022, de 10 de agosto, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

Terminados os trabalhos, sendo dez horas e cinquenta e oito minutos, a Sra. Presidente declarou, em nome da Lei, encerrada a reunião.-----

Para constar se lavrou a presente ata, que eu, Avelina Maria Lopes Leal, Coordenadora Técnica, designada para o efeito pelo despacho 25/2015 da senhora Presidente da Câmara Municipal, de 25 de fevereiro, mandei escrever e subscrevo.---



